

AI 588831 AgR-ED-ED / RN - RIO GRANDE DO NORTE
EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO
Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO
Julgamento: 04/12/2012 Órgão Julgador: Primeira Turma

Publicação

DJe-111 DIVULG 12-06-2013 PUBLIC 13-06-2013

Parte(s)

EMBTÉ.(S) : ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBDÓ.(A/S) : MARIA GORETE COSTA MITZCUM
ADV.(A/S) : CARLOS SÉRVULO DE MOURA LEITE

Ementa

MULTA – ARTIGO 557, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – EMBARGOS DECLARATÓRIOS – IRRELEVÂNCIA DO NÃO RECOLHIMENTO. Visando os embargos de declaração ao esclarecimento ou à integração da decisão proferida, descabe, a partir do que assentado, exigir o depósito da multa prevista no artigo 557, § 2º, do Código de Processo Civil. Em síntese, sob a roupagem de declaratórios, há a continuidade do julgamento do próprio agravo regimental que desagouou no acórdão embargado, do qual constou a imposição da multa. EMBARGOS DECLARATÓRIOS – INEXISTÊNCIA DE VÍCIO – DESPROVIMENTO. Estando os embargos declaratórios voltados ao simples reexame de certa matéria e não havendo, no acórdão proferido, qualquer dos vícios que os respaldam – omissão, contradição e obscuridade –, impõe-se o desprovimento.

Decisão

Decisão: Após o voto do Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator, que acolhia os embargos de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no agravo de instrumento, pediu vista do processo o Senhor Ministro Luiz Fux. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 21.6.2011. Decisão: Por maioria de votos, a Turma acolheu os segundos embargos de declaração para afastar a exigência da multa e conhecer dos primeiros embargos, mas rejeitá-los, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Luiz Fux, que rejeitava os segundos embargos de declaração. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 4.12.2012.

Indexação

- CABIMENTO, MULTA, RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, FAZENDA PÚBLICA. INEXIGIBILIDADE, RECOLHIMENTO, MULTA, RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, HIPÓTESE, EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, FINALIDADE, COMPLEMENTAÇÃO, JULGAMENTO, AGRAVO REGIMENTAL.
- FUNDAMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, MIN. LUIZ FUX: CONSIDERAÇÃO, MULTA, RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, DISTINÇÃO, DEPÓSITO PRÉVIO, CUSTAS, CARACTERIZAÇÃO, MULTA, RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, NATUREZA JURÍDICA, PENALIDADE. CONFIGURAÇÃO, DEPÓSITO PRÉVIO, CUSTAS, DESPESA PROCESSUAL, NATUREZA TRIBUTÁRIA, TAXA.

Legislação

LEG-FED CF ANO-1988
ART-00100
CF-1988 CONSTITUIÇÃO FEDERAL
LEG-FED LEI-005869 ANO-1973
ART-00535 INC-00002
ART-00557 PAR-00002 INCLUÍDO PELA LEI-9756/1998
CPC-1973 CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
LEG-FED LEI-009494 ANO-1997
ART-0001A
LEI ORDINÁRIA
LEG-FED LEI-009756 ANO-1998
LEI ORDINÁRIA
LEG-EST LCP-000203 ANO-2001
LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL, RN

Observação

- Acórdão(s) citado(s):
RE 563965 (TP).
(CUSTAS, DESPESA PROCESSUAL, NATUREZA JURÍDICA, TAXA)
ADI 1378 MC (TP), ADI 1145 (TP), RE 521424 AgR EDv-AgR (TP).
(MULTA, RECURSO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO, FAZENDA PÚBLICA)
RE 521424 AgR-EDv-AgR (TP), AI 775934 AgR-ED-ED (TP), AI 775934 (TP).
Número de páginas: 30.
Análise: 19/07/2013, AAT.

fim do documento